



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Descarte de Bens

TERMO DE VISTORIA E DISPONIBILIDADE DE BENS
(Relatório Circunstanciado)

A Comissão Permanente de Descarte de Bens, regularmente instituída pela Resolução GPGJ nº 1.508, de 14 de abril de 2009, consigna que vistoriou por critério de amostragem, devido a grande quantidade de itens disponibilizados para doação, os bens descritos às fls. 11 a 38 do presente termo, classificando-os conforme o estado em que se encontram, observadas a Lei Federal nº 8.666/93 (art. 17, II) e a Lei Estadual nº 287/79 (art. 169).

Verificada a ausência das condições necessárias ao uso por esta Instituição, conforme relatório sobre as condições dos bens colacionado abaixo, declara-se a **DISPONIBILIDADE** dos materiais permanentes e equipamentos de informática e telefonia relacionados em anexo.



São os materiais que configuram maior quantidade de itens, perfazendo um total de 1.616 (mil, seiscentos e dezesseis) bens:

MOBILIÁRIO DE MADEIRA (MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS E GAVETEIROS) – foram classificados como inservíveis pela CPDB uma vez que se encontram quebrados, madeira deteriorada, faltando peças, pés e estruturas corroídos por ferrugem, tendo sido aproveitadas as peças, tanto quanto possível para o conserto de outros bens similares, de tal modo que a sua recuperação não se mostra viável e sua utilização improvável.





Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Descarte de Bens

MOBILIÁRIO DE AÇO (ESTANTES, ARQUIVOS E ARMÁRIOS) – móveis que, pelo decurso do tempo desde sua aquisição e pelo uso massivo, se encontram amassados, arranhados, enferrujados, com as trancas, ferragens e roldanas imprestáveis, tornando-os irrecuperáveis para a Instituição.



CADEIRAS, LONGARINAS E POLTRONAS DIVERSAS – completamente quebradas, com pés enferrujados e forros rasgados. Algumas ainda com sistema de ajuste de altura e encosto deteriorados. Seja pelo modelo ultrapassado, seja, pela massiva utilização ou pela sua deteriorização em razão do decurso do tempo desde que foram adquiridas, foram consideradas inservíveis para a Instituição. As peças, tanto quanto possível, foram utilizadas pela equipe da Gerência de Patrimônio para o conserto de outros bens.



EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS (CAFETEIRAS, MICRO-ONDAS, BEBEDOUROS, GELADEIRAS) aparelhos fabricados em sua maioria para uso doméstico que, quando disponibilizados para uma grande quantidade de usuários, com utilização massiva, tiveram sua vida útil reduzida, demonstrando defeitos, o que, aliado ao tempo de uso desde sua aquisição, tornam os consertos antieconômicos (orçamentos superiores a 50% dos valores atualizados dos itens).



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Descarte de Bens



APARELHOS CONDICIONADORES DE AR – aparelhos muito antigos, fora de garantia, sem peças de reposição no mercado, o que os tornaram inservíveis para a instituição, sendo certo que suas peças o tanto quanto se pôde, foram utilizadas para conserto de outros aparelhos pela Oficina de Refrigeração da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, restando apenas as carcaças e miolos imprestáveis.



EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS – Aparelhos quebrados, irrecuperáveis, sem peças de reposição no mercado ou com conserto antieconômico, obsoletos, que os tornam inservíveis para a instituição, sendo certo que suas peças, o tanto quanto se pôde, foram utilizadas para conserto de outros aparelhos.

Cumpre deixar registrado que a elevada quantidade de materiais disponíveis à doação é fruto do acúmulo de bens que foram se juntando ao longo dos anos no depósito, advindo de programas como MP-LOG, Inventário e visitas da Gerencia de Patrimônio aos locais para identificar bens sem condições de uso ou fora do padrão da Instituição

Assim, são elementos que corroboram para a manifestação desta CPDB no que tange à doação imediata:

- 1) Necessidade de desocupação do depósito localizado à Rua Pedro Alves, 150 – Bairro Santo Cristo para reaproveitamento do espaço por outros setores da Administração que possam promover melhor utilização do imóvel ou a sua



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Descarte de Bens

devolução ao proprietário, economizando-se assim recursos públicos com o pagamento mensal de aluguel;

- 2) Inservibilidade dos materiais conforme termo de Classificação em anexo;
- 3) Baixos valores individuais de cada item a ser descartado, apurados após regular procedimento de depreciação e reavaliação, bem como a aplicação do valor residual de alguns bens – postura necessária quando o estado físico do bem não reflete o seu valor líquido (valor de mercado).
- 4) Inexistência, ao que se pôde pesquisar, de entidades interessadas em receber material sucateados, ou seja: no estado em que se encontram, limitando os seus pedidos a equipamentos e móveis com boas condições de uso, o que não é o caso dos bens em comento.

Nada mais tendo a ser relatado, encerro este termo, que eu, RAFAELA CARNEVALLI VILLAS-BÔAS DE ANDRADE, na condição de Presidente, lavro e assino com os demais componentes da Comissão Permanente de Descarte de Bens.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2016.

Rafaela Carnevalli Villas-Bôas De Andrade
Presidente – Mat. 3915

Vinícius Marques Sampaio
Membro – Mat. 5550

José Carlos Alves da Silva
Membro – Mat. 7238